

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: EM BUSCA DE UMA ADEQUAÇÃO TEÓRICA

Diego Alves de Souza Paes - diegopaes@gmail.com

Tania Nunes Silva - tnsilva@ea.ufrgs.br

* Submissão em: 30/12/2016 | Aceito em: 03/01/2017

RESUMO

A Amazônia, um dos ecossistemas mais ricos e complexos do planeta, encontra um grande desafio no avanço de práticas econômicas insustentáveis sobre seu território. A confirmação disto tem ocorrido na forma de modelos de desenvolvimento sustentável criados em contextos distintos à realidade amazônica. O ensaio aqui proposto, busca refletir acerca do uso destes modelos de desenvolvimento sustentável exógenos à Região Amazônica, baseando-se nos princípios da Filosofia da Libertação de Dussel e na Redução Sociológica de Guerreiro Ramos. O contexto em que vivem as comunidades tradicionais amazônicas apresenta uma realidade social e econômica peculiar, em que o capital não encontra uma posição central à sociedade. Portanto, questiona-se se os modelos de desenvolvimento sustentável, criados em países ditos desenvolvidos e calcados na centralidade do capital, encontrariam real efetividade na região. Embora nenhuma fonte de conhecimento deva ser rejeitada, é fundamental que a análise crítica de toda e qualquer teoria e modelo seja efetuada de forma a respeitar a dinâmica do contexto local - seja para aceitar ou rejeitar modelos importados.

Palavras-Chave: Amazônia, Desenvolvimento Sustentável, Dussel, Guerreiro Ramos.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE AMAZON: IN SEARCH OF A THEORETICAL ADEQUACY

ABSTRACT

The Amazon, one of the most rich and complex ecosystems on the planet, meets a great challenge in the advance of unsustainable economic activities over its territory. The answer has occurred in the form of sustainable development models created in contexts peculiar to the Amazonian reality. The essay here presented aims to reflect around the use of such models of sustainable development in the Amazon Region, basing our discussion in the principles of Dussel's Philosophy of Liberation, and Guerreiro Ramos' Sociological Reduction. The context in which traditional Amazonian communities live have a distinct socioeconomical reality, in which capital doesn't find a central position in society. Therefore, we question if the sustainable development models created in the so called developed countries and based in the centrality of capital in society could find real impact within the region. Although no source of knowledge should be rejected, it is fundamental that a critical analysis of every single model and theory must be made in a way to respect the dynamic of local context – may it be to accept or reject foreign models.

Keywords: Amazon, Sustainable Development, Dussel, Guerreiro Ramos.

1 INTRODUÇÃO

Uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Não tem nada a ver com o significante. Precisa ser útil. Precisa funcionar. E não por si mesma. Se ninguém usa, começando com o próprio teórico (que assim, deixa de ser um teórico), então a teoria é inútil ou o momento é inapropriado. Nós não revisamos teoria, mas construímos novas; nós não temos escolha além de fazer outras. **Giles Deleuze em conversa com Michel Foucault, 1972.**

O desafio do desenvolvimento sustentável permeia o meio acadêmico atual. Em nome da busca por respostas e soluções que possam estimular o equilíbrio entre aspectos sociais, ambientais e econômicos, observa-se hoje a emergência de uma série de modelos de sustentabilidade, resultados de uma conjunção de esforços – conjunção esta que não é tão plural quanto se imagina.

A ausência de uma pluralidade nas discussões de desenvolvimento sustentável, diga-se, não é fruto única e exclusivamente deste tema de estudos. Há no meio acadêmico um predomínio de estudos, teorias, modelos e abordagens que emergem a partir de um “Centro” - para não chamá-lo simplesmente pelo dotado termo “primeiro mundo” ou o mais politicamente aceitável “mundo desenvolvido” -, algo que equivale para todas as áreas de estudo, mas que talvez se mostre ainda mais incoerente nas discussões de sustentabilidade.

O desafio da conservação ambiental é um tema inerentemente global, complexo e que não respeita fronteiras. Poucos países possuem extensão suficiente para se responsabilizarem sozinhos pela solução de determinada questão ambiental.

A complexidade do desenvolvimento sustentável já foi diagnosticada e a busca de soluções raramente se volta à questão local – específica ao contexto. Modelos são criados a partir de problemas observados em regiões em desenvolvimento, carentes e rurais, mas também levam em consideração facetas da moderna sociedade industrial. Considerando o aspecto global do tema, o esforço da busca de soluções que possam ser replicados em múltiplos ambientes é certamente louvável. O contexto local, contudo, ainda importa.

O contexto local importa, principalmente ao se considerar o tripé da sustentabilidade. Embora seja possível interpretar objetivamente questões ambientais, as consideráveis mudanças no que tange aspectos econômicos e sociais, tornam a observação do contexto local de grande relevância. Na Amazônia, os aspectos locais anunciam um desafio aos modelos e abordagens de sustentabilidade “do centro” mais formidável do que se imagina.

Há, portanto latente uma preocupação crescente com o futuro da Região Amazônica. Um dos ecossistemas mais diversos e únicos do planeta, encontra hoje como desafios conter o avanço da indústria agropecuária, a exploração madeireira e da biodiversidade, além da extração mineral predatória e os impactos negativos das grandes obras de infraestrutura nacional. É uma região onde

habitam milhões de pessoas, a maior parte em aglomerados urbanos, mas também em pequenas comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas) e nativas (indígenas).

Observa-se hoje uma conjunção de projetos de “desenvolvimento sustentável” sendo realizados com investimentos públicos e privados, além da realização de estudos e pesquisas em sustentabilidade na Amazônia, baseados em teorias, metodologias e modelos criados em contextos externos à realidade Amazônica. Este distanciamento, entre o contexto onde foram produzidas tais abordagens e onde estão sendo aplicadas, é a preocupação inicial que motiva este ensaio.

Estaríamos depositando nossa confiança nas ferramentas acadêmicas mais apropriadas para o caso em questão? É possível que o mesmo modelo testado na América do Norte e Europa possa ser útil no fomento do desenvolvimento sustentável da América Latina, África e Ásia? Estas são algumas perguntas que o tema em questão suscita, mas que não serão abarcadas no ensaio aqui apresentado. Nosso tema é a Amazônia, focando o distanciamento entre as abordagens de desenvolvimento sustentável utilizadas e o contexto local. E para isso, faz-se uso de dois autores latino americanos, que, de forma similar, mas com diferenças pontuais fundamentais, se propõem a trabalhar o fazer acadêmico e teórico no Brasil e na América Latina, em contraposição à pura e simples importação de modelos prontos.

Portanto, o ensaio aqui proposto, busca refletir acerca do uso de modelos de desenvolvimento sustentável exógenos à Região Amazônica, baseando-se nos princípios da Filosofia da Libertação de Dussel (2008) em diálogo com a Redução Sociológica de Guerreiro Ramos (1996).

A proposta de realizar aqui um ensaio-teórico visa o benefício do aspecto intrinsecamente reflexivo e crítico deste meio que, segundo Meneghetti (2011, p. 323) “não requer um sistema ou modelo específico, pois seu princípio está nas reflexões em relação aos próprios sistemas ou modelos”, em que a construção é realizada parcialmente em conjunção ao leitor, que extrai suas conclusões a partir da reflexão crítica do autor.

Neste espírito, evitou-se a simples revisão da literatura – embora esta tenha em certo grau se revelado inevitável, como forma de se tornar claro o argumento dos autores que aqui serão discutidos. É importante, contudo, deixar claro que não se trata de uma revisão da literatura ou estudo teórico, como observa Vizeu (2012):

Ainda que o ensaio seja frequentemente confundido como estudo teórico ou simplesmente como revisão teórica, o ensaio se realiza no percurso da sua realização, isto é, no próprio andamento das reflexões do ensaísta em aproximação com o objeto do ensaio. Dessa forma, o ensaio não se apresenta como sistema definitivo. As reflexões se formam da relação dialética entre sujeito e objeto. Assim,

renuncia-se ao formalismo e ao dogmatismo da ciência porque é uma forma de transgressão à racionalidade dominante (VIZEU, et al. 2012, p. 578).

Importante ressaltar que boa parte da descrição e reflexões acerca dos aspectos do contexto local amazônico parte da experiência própria dos autores; que tiveram, cada uma sua maneira, a oportunidade de conhecer tanto boa parte dos grandes e médios centros urbanos regionais, quanto as comunidades ribeirinha, através de mais de uma década participando de viagens de pesquisa e extensão pela região, além de extenso diálogo com outros pesquisadores e habitantes da região.

Redução vs. Rejeição

Murphy e Zhu (2012) expõem de forma clara a dominação do que consideram como Ocidente – esteja claro, o Ocidente desenvolvido – por meio de um estudo sobre o neocolonialismo na academia. Embora as regiões consideradas periféricas tenham aumentado sua importância e contribuição, nas últimas décadas, entre as publicações de maior prestígio – e que estão mais elevadas nos *rankings* internacionais – há um grande predomínio de autores de origem anglo-saxã. De acordo com um exemplo de Murphy e Zhu (2012, p.921):

(...) as normas das revistas acadêmicas de gestão chinesas divergem daquelas do Ocidente, com mais foco em desenvolvimento teórico e menos em empirismo, assim, tornando a produção acadêmica “impublicável” nas assim chamadas revistas “de renome internacional”. Consequentemente, nas revistas Ocidentais, questões de gestão chinesas são tipicamente definidas e analisadas usando conceitos Ocidentais.

O problema, ainda seguindo os autores, se torna mais grave quando esta adaptação de conceitos deixa de se tornar apenas uma forma de buscar a disseminação do conteúdo nas revistas ocidentais, mas passa a permear o fazer científico dentro do próprio país, com publicações locais buscando adaptação aos padrões estrangeiros, como forma de também almejar um “renome internacional” (MURPHY, ZHU, 2012).

Na China, portanto, “internacionalização, padronização e empiricismo” se tornaram as normas básicas para pesquisa em gestão. Buscando publicação, acadêmicos chineses enviam seus interesses de pesquisa em direção àqueles do meio acadêmico ocidental. Mesmo quando trabalham com questões chinesas, eles utilizam conceitos de pesquisa e modelos Ocidentais, apelando aos editores ocidentais e ignorando o contexto chinês. Isto resulta na produção de grandes quantidades de trabalhos miméticos, e acadêmicos proficientes em análise técnica de dados, mas poucas contribuições para a pesquisa e prática da Gestão na China (Xi & Han, 2010).

Guerreiro Ramos (1995) observou a forma como isso poderia ocorrer, no caso brasileiro, há mais de meio século, expondo diversas situações esdrúxulas por meio do livro “Introdução Crítica à

Sociologia Brasileira” (publicado originalmente em 1957), em que autores importam (transplantam) de maneira cega e acrítica teorias e modelos sociológicos de forma quase

enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural. Nestas condições, assume-se, entre nós, em face dos métodos e produtos do trabalho sociológico no exterior, uma atitude apologética. Tudo o que de lá vem é ortodoxo, excelente, imitável. Não se acordou ainda para o fato de que os meios e resultados do trabalho sociológico são condicionados por estruturas nacionais ou regionais. Afirma-se a eficácia imanente das transplantações. Não se assume uma posição sociológica na discussão da sociologia. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 108)

A este diagnóstico (que o leitor pode honestamente questionar se ainda é cabível, considerando-se o tempo despendido desde então, discussão que só entraremos adiante), soma-se uma série de exemplos factuais de onde a mera importação de modelos quedeseconsideramos contexto local, poderia gerar diversos prejuízos tanto ao fazer científico local quanto à própria sociedade.

Fica clara então a preocupação do autor com a importação de modelos prontos estrangeiros, percebendo principalmente a inadequação destes ao contexto local. Observa-se isso em vários aspectos da nossa sociedade, da forma de nos vestirmos, da alimentação, bem como no meio cultural, somos cada vez mais influenciados pelo "centro". A isso denomina-se vulgarmente de “globalização” - processo pelo qual se aproximam as artes, a cultura, a economia, os bens de consumo e os hábitos de uma maneira geral, em um ambiente internacional cada vez mais integrado. No meio acadêmico isso não é diferente. Contudo, acaba-se imaginando que se pode fazer uso de uma teoria estrangeira como se faz uso de ferramentas técnicas, como computadores.

Guerreiro Ramos não ignorava a importância desses modelos e teorias estrangeiras, muito pelo contrário. Enfatizava ser preciso valorizar o conhecimento estrangeiro adquirido, reconhecer sua importância. Contudo, isso deve ser feito de forma crítica, analítica, apreendendo apenas o que for útil e não aceitando tudo de forma “pronta”. A este processo, deu o nome de “Redução”:

Em seu sentido mais genérico, redução consiste na eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e obtenção do essencial de um dado. E, portanto, a redução, seja praticada no domínio das operações empíricas, é sempre a mesma atividade. A redução de uma ideia ou de um minério, por exemplo, consiste em desembaraça-los de suas componentes secundárias para que se mostrem no que são essencialmente. (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 71)

A redução sociológica de Guerreiro Ramos abrange o processo de uma sociedade, que “na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir da experiência de outras comunidades” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 71). Não se trata de um isolacionismo ou a

negação do conhecimento adquirido e elaborado em outros contextos, outra sociedade: estamos falando de um processo em que se compreende o conteúdo estrangeiro em essência e se busca como podemos compreendê-lo e utilizá-lo em um contexto distinto do seu original – “o sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado” (GUERREIRO RAMOS, 1996, P. 73). A redução também, explique-se, não é um processo individual, mas coletivo – “fundamenta-se numa espécie de lógica material, imanente à sociedade” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 73). Em essência:

A redução sociológica não implica o isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. É, ao contrário, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional, ou nacional. Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade. (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 73)

Essa é uma visão que se distingue de forma pontual, mas crucial, de outro autor latino-americano: Enrique Dussel, bem como da Filosofia da Libertação, da qual é grande expoente.

A Filosofia da Libertação possui um caráter intrinsecamente político: não busca apenas o desenvolvimento filosófico e teórico como instrumento de desenvolvimento, ou como forma a melhor atender às demandas locais e compreender a nossa sociedade. Estamos falando de um instrumento de libertação de décadas de domínio político e cultural eurocêntrico, que através da modernidade (e de forma subsequente), da pós-modernidade, mantém um caráter de dominação econômica e cultural, levando à caracterização da América Latina e demais regiões como periféricas.

Aqui, a importação de teorias e modelos não apresenta apenas um problema de adequação, mas um fator de dominação que impediria a busca da “periferia” de uma real autonomia quanto ao “centro”, e a busca de um reconhecimento e legitimação cultural, algo que é tolhido a partir da influência eurocêntrica. Afirmar, contudo, que se trata simplesmente de quebrar com uma concepção eurocêntrica de mundo seria uma simplificação grosseira. É a busca pela descoberta de uma identidade própria, pois sem isso jamais conseguiria encontrar as próprias bases para discutir, compreender e lidar com as chagas abertas pela história. Intervenções, estruturas, conceitos, teorias e modelos prontos, vindos de fora, ou nos desvirtuariam completamente de identidade, o que seria interpretado como “desenvolvimento”, sendo na verdade imitação, ou agravariam nossos problemas por pura incompatibilidade.

Para Dussel (2003), como forma de compreender a realidade latino-americana, se deveria abrir mão da simples derivação intelectual eurocêntrica e buscar a emergência de uma filosofia

própria e legítima. Acerca deste processo de emergência da Filosofia Latino-Americana, Dussel(2003, p. 31) argumenta que

Nós estávamos de acordo com (Leopoldo) Zea que, em grande medida, filosofia “acadêmica” ou “normalizada”, a filosofia da “comunidade de filósofos hegemônicos Europeus e Norte Americanos” proposta entre nós mesmos não era autêntica; era imitativa, Eurocêntrica – e os filósofos analíticos dos anos sessenta adicionaram, com validade, que não era suficientemente rigorosa. Nós admitimos que para a filosofia ser rigorosa, necessita partir da realidade concreta (ou particular) e elevar-se para a universalidade – e nisso houve concordância com as correntes analíticas e epistemológicas. Toda a filosofia parte do concreto (Aristóteles partia de uma realidade política de escravidão, enquanto a filosofia histórica global de Hegel era germanocêntrica) e eleva-se à universalidade. Cada filosofia é originalmente particular (e por isso cada uma foi rotulada enquanto Grega, Romana, Muçulmana, Medieval, Alemã, Anglo-Saxã, e mesmo Norte-Americana, desde Charles S. Peirce), como ponto de partida, e ao mesmo tempo é “*filosofia sin más*”, como ponto de chegada – como eles podem aprender/ensinar algo “universal” para/de todos os demais.

Assim, nos parece que a filosofia de uma cultura – latina americana, brasileira, amazônica – deve emergir a partir das observações e da situação do concreto, do momento, em função do contexto e o do local. É a partir disso que a filosofia de seu aspecto local se projeta para a universalidade, engajando no escambo e em trocas com as filosofias de demais culturas – uma troca de ensino e aprendizagem fundamental à própria ação de fazer filosofia. O espírito da Filosofia da Libertação vem justamente a partir do diagnóstico de que carecemos de uma filosofia própria, de que recebemos mais do que contribuimos e que a busca por uma identidade própria e uma libertação da dominação eurocêntrica passa necessariamente por este processo.

Após esta breve discussão conceitual, pode-se agora reentrar no universo empírico, parte fundamental do debate a que este ensaio se propõe: os reflexos dessa discussão para os estudos de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Do que estamos falando e do que eles estão falando

Mesmo sob critérios objetivos é difícil compreender a Amazônia. Um ecossistema extremamente complexo, berço de milhões de espécies, vastos recursos e comunidades indígena ainda poucoconhecidas. O que se observa hoje é uma grande região que se vê constantemente ameaçada por métodos de produção predatórios, incompatíveis com o ecossistema e a cultura tradicional regional, algo que foi trazido pela região por fatores históricos e recentes.

Talvez seja igualmente surpreendente para um brasileiro médio residente de outras regiões

do País, quanto a um estrangeirosaber que, na Amazônia Legal brasileira, cerca de 24 milhões de pessoas habitam na Região (IBGE, 2010). Fazem parte desta Região duas grandes metrópoles: Manaus (2 milhões de habitantes) e Belém (1,4 milhão) (IBGE, 2014). Além destes centros, outros núcleos urbanos importantes de médio porte, como: Santarém (288 mil habitantes); Porto Velho (484 mil); Palmas (242 mil); Rio Branco (357 mil); Boa Vista (309 mil); e, Macapá (437 mil), dentre outros. A maior parte dessa população se concentra em núcleos urbanos de pequeno e médio porte. Elas possuem demandas insustentáveis como em qualquer outra parte do globo. Carros, edificações, estradas, demandas alimentares, consumistas e de recursos florestais diversas: muitos fatores pressionam o ecossistema local, ocasionando lixo e emissões.

O aspecto mais perverso destes núcleos urbanos, contudo, é o tipo de desenvolvimento rural que acontece em suas imediações. Os anos 1960 e 1970, época das grandes obras do Governo Militar brasileiro, viram o estímulo à migração populacional em direção à Região Norte, com doação de terras para o investimento na produção rural e construção de estradas, com o propósito de fomentar a integração, ocupação e desenvolvimento regional (CELENTANO *et al.*, 2011). Os impactos desta política foram prolongados e, mesmo com a maior rigidez da legislação ambiental dos últimos 20 anos, a dificuldade em manter uma fiscalização eficaz sobre o extenso território, a permissividade e cooptação de agentes públicos levaram a um cenário preocupante. Conforme Celentano (*et. al.*, 2011) aponta, mais de 760 mil km², cerca de 19% da floresta amazônica brasileira foi convertido em áreas para usos econômicos, como agricultura e pecuária.

Somado à expansão da fronteira agrícola, observa-se também os problemas associados a pesca predatória, da extração madeireira ilegal e da produção mineral predatória – seja de natureza legal, por meio de grandes empresas de mineração nacionais e estrangeiras, ou ilegais, como pequenos garimpos de ouro e diamante atuando sem qualquer regulação. Mais do que isso, observa-se também a Região Amazônica brasileira como nova fronteira para a ambição do Governo Federal de desenvolvimento econômico por meio de grandes obras.

Nesta direção, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, em suas versões 1 e 2) do governo brasileiro se traduz na Região Norte principalmente de três formas. Em primeiro lugar, no aproveitamento do potencial hídrico da Região para geração de eletricidade, como se observam as construções das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira em Rondônia; Belo Monte no Pará e em mais 26 unidades ainda em fase de planejamento e outros já em execução. Tais obras irão alagar mais de 9 mil quilômetros quadrados de áreas com florestas – o equivalente a 8 cidades do tamanho do Rio de Janeiro ou 6 São Paulo (O GLOBO, 2012). Um segundo importante

ponto são as conexões viárias, com a recuperação e recapeamento de estradas que singram a Amazônia (como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém). Tais estradas têm como propósito facilitar a integração regional (BRASIL, 2014). Aumentando também os pontos de acesso para novas áreas de agricultura, processo similar ao que aconteceu no estado de Rondônia, com a BR-364 (um simples olhar no mapa ao redor da estrada expõe os impactos à região que anteriormente à estrada era 100% de cobertura vegetal). O terceiro ponto são os portos e hidrovias, buscando melhorar e baratear a logística de escoamento de produtos da Região (BRASIL, 2014), facilitando o acesso a regiões mais remotas e diretamente estimulando a produção agrícola.

Afora os núcleos urbanos, outra face da Amazônia está em suas comunidades tradicionais. Pequenos núcleos populacionais, que raramente chegam a mil habitantes (e não raro se resumem a 5 ou 10 unidades habitacionais), povoadas por amazônidas, de origem indígena, afroeuropéia—principalmente, a mistura dos três, conhecida regionalmente como “caboclo”.

Segundo critérios modernos, estas comunidades estariam relegadas à mais profunda pobreza. Uma primeira observação é que pouco dinheiro ali circula. Em uma comunidade pequena típica, o comércio se resume a duas ou três vendas, que comercializam itens diversos. Há, onde possível, um posto telefônico público (PC), assim como são comuns, nos núcleos mais densos, uma pequena escola (de ensino fundamental, onde alunos de diversos anos compartilham a mesma sala) e um posto de saúde (que recebe profissionais aos fins de semana ou de tempos em tempos). Alguns núcleos possuem geradores de energia (a diesel) provendo algumas horas de energia por dia (nos núcleos mais densos, é possível ter energia 24 horas por dia, por meio de gerador a diesel).

A vida da comunidade gira em torno do rio e da floresta. Os produtos chegam da cidade por meio de pequenos barcos, sendo repassados a preços mais elevados do que os disponíveis nas grandes cidades. Os membros das comunidades aprenderam a se locomover pelos rios em pequenas canoas com motores de baixa potência, alimentados por botijões de gás de cozinha. Pescam o suficiente para o consumo próprio e vendem o pouco excedente para atravessadores que revenderão nas cidades. Esse pequeno excedente é suficiente para ajudar na compra de bens de necessidade básica (como alimentos que não são capazes de produzir, como sal, arroz, macarrão e feijão).

Do outro lado, a floresta provê frutos como o açaí, o cupuaçu, a castanha-do-pará, a pupunha e o tucumã, para o consumo próprio. A extração madeireira ocorre para a construção de residências, para combustível dos fornos de farinha e fogões a lenha ou com o propósito de revenda para atravessadores. Quase como regra, as famílias possuem uma pequena cultura de mandioca para a produção de farinha e derivados, além de pequenas hortas de outros produtos.

O resultado disso tudo é que a “miséria” amazônica é diferente da miséria dos centros urbanos ou de regiões rurais tradicionais. O caboclo raramente passa fome, pois tem acesso a diversas fontes de alimento. Também não vive sem teto, mesmo que tenha que dividir a casa apertada com 4 gerações da família – o que raramente acontece, pois cada núcleo familiar é capaz de construir/herdar/”pagar” uma casa simples de madeira. Os conflitos de terra são discussões entre vizinhos, e todos abrem com fogo uma pequena clareira na floresta para sua produção, mesmo que tenha que caminhar alguns minutos a mais até o local. A distância de serviços especializados como a saúde e educação são os principais desafios que tais comunidades precisam enfrentar – e estes serviços são públicos e gratuitos à população brasileira, mesmo com todas as deficiências. Para estas comunidades o dinheiro é uma realidade – algumas necessidades básicas carecem de recursos financeiros. Apenas não é tão necessário, tão fundamental e tão regulador de suas vidas e relações quanto na maior parte da sociedade moderna.

O estilo de vida amazônica, seja ele compatível com o ecossistema regional ou predatório, é um aspecto fundamental da discussão do desenvolvimento sustentável na Região. Se permanecerem estáveis e seus habitantes encontrarem um ponto de equilíbrio capaz de satisfazer suas próprias necessidades sem causar distúrbios ao meio ambiente local, tem-se então potenciais agentes de preservação. Se, ao contrário, tem-se comunidades que desconhecem e desconsideram a importância do equilíbrio e do real valor da manutenção dos recursos ali dispostos, tem-se uma série de agentes explorados, recebendo muito abaixo do real valor financeiro pelos bens e serviços produzidos, com impactos muito negativos ao sistema.

Relações empregatícias, vínculos organizacionais, “carreira de trabalho”, “profissão” e “vocação” são alguns conceitos capitalistas que não apresentam muita ressonância no cotidiano destas comunidades. Talvez seja possível conseguir de alguns habitantes a autodescrição como “pescador” ou “pequeno agricultor”, assim como certamente existem profissões nestas comunidades, como professores, líderes religiosos, comerciantes, atravessadores, agentes comunitários, funcionários públicos diversos, etc. Mas, em sua maioria, todos *são* pescadores, *são* criadores de galinhas, *são* coletores de frutos e *são* pequenos produtores rurais.

Discutir desenvolvimento sustentável na Amazônia sem discutir estas pequenas comunidades, trata-se de um esforço fútil. A sustentabilidade dos grandes e médios centros urbanos pode ser discutida a partir de uma base lógica similar à dos demais centros urbanos – a partir dos problemas que se assemelham. Contudo, estas são pequenas ilhas, geograficamente isoláveis, do mapa amazônico. As pequenas comunidades tradicionais penetram mais fundo e formam uma rede

distribuída por toda a Amazônia conhecida. Como uma região pouco povoada, que compreendesse 50% do território brasileiro. A Amazônia brasileira é de difícil monitoria e alcance para o Governo Federal.

Aqui, entramos no ponto nevrálgico, que une os diversos aspectos abordados nesse ensaio: até que ponto os modelos de desenvolvimento sustentáveis eurocêntricos, que em sua plenitude dominam o debate global acerca do desenvolvimento sustentável e influenciam políticas e ações diversas? Esses modelos seriam compatíveis (e, portanto, úteis) com a dinâmica de vida na Amazônia – enquanto povos tradicionais – onde o dinheiro não possui a mesma utilidade que nos grandes centros urbanos, mas onde as consequências do sistema capitalista são sentidos e incentivam comportamentos predatórios ao ecossistema?

O debate envolvendo o paradigma desenvolvimento sustentável dentro da administração não escapa à lógica gerencialista predominante. Os modelos de desenvolvimento sustentável em discussão, em sua aparente diversidade, emergem em um contexto centrado na América do Norte e na Europa, sendo posteriormente ensinados, disseminados e replicados na “periferia” global, em contextos diversos aos que os originaram. Muito se perde nesta tradução e, como efeito, não é especulação questionar se a importação de modelos de desenvolvimento sustentável alienígenas a uma região poderiam agir, mesmo de forma inocente, contra seu propósito – como medicar um paciente com os remédios errados.

Seria demais discutir se o modelo da Base da Pirâmide, de Hart e Prahalad (2004) realmente se adequa ao contexto amazônico? O autor parte de casos de vários pontos do globo. Mas estamos falando de um modelo que estuda, por um lado, como há grande potencial para acúmulo de capital produzindo bens de consumo adequados à base da pirâmide global e, por outro, como seria possível emponderar o público alvo através do consumo. Se as relações de troca capitalistas são relegadas a um segundo plano no contexto das comunidades tradicionais amazônicas, não é justo questionar a utilidade deste modelo em sua versão integral para esta região?

Fomenta-se a Economia Verde, enquanto guarda-chuva conceitual, abarcando as diversas ações que direcionariam o mundo a uma economia de baixas emissões de carbono, eficiente em termos de recursos e socialmente justa. Percebe-se, contudo, um apelo dentro desta iniciativa pela quantificação e precificação dos recursos ambientais enquanto “serviços ambientais”, de forma que se torna cada vez mais evidente que há um esforço no sentido de criar um novo mercado utilizando para isso os recursos ambientais.

Pode-se observar isso de forma clara no discurso da United Nations Environmental

Programme(UNEP)por meio do relatório *Forests: Investing in Natural Capital* (UNEP, 2011). Acreditando nas informações contidas neste relatório, seria possível fazer um cálculo relativamente preciso do valor, em dólares, de todas as florestas do mundo. Uma passagem extraída de outro relatório do UNEP talvez deixe isso mais claro:

Mecanismos Internacionais podem **aumentar investimentos** em florestas. Boa **governança** irá representar **novas oportunidades para investimentos e fontes de renda para e a partir das florestas**, por exemplo, através do **Acesso e Compartilhamento de Benefícios e novos mercados**, como o **pagamento por serviços ecossistêmicos (PES)**, garantindo **maiores incentivos econômicos para a gestão sustentável das florestas em nível local, nacional e internacional**. **Incentivos para investimentos** irão emergir de robustos e justos **sistemas nacionais e internacionais** que assegurarão **serviços públicos florestais**, notavelmente **regulação de carbono, regulação de água e conservação da biodiversidade** sejam transferíveis entre **comunidades, negócios e nações**. (UNEP, 2013)

Questiona-se, dentro desta lógica, quais seriam as repercussões de uma crise financeira derivada de transações especulativas de ativos e serviços ambientais. É uma tentativa de quantificar o inquantificável ignorar completamente o contexto local destas florestas, que passam a ser influenciadas, geridas e ter seus futuros definidos por grupos de investimento estabelecidos adezenas de milhares de quilômetros de distância. Pode a Economia Verde servir como algo basilar ao desenvolvimento sustentável na Amazônia?

A proposta de Elkington(2000) do *Triple Bottom Line* se constrói a partir dos três pilares do desenvolvimento sustentável: a preocupação com o crescimento econômico (*profit*), com o meio ambiente (*planet*) e com a sociedade (*people*). Aqui, entramos em concordância com o raciocínio de Yunus (2008): enquanto lucro for um dos objetivos principais, assim que este se ver ameaçado, os demais fatores serão postos em segundo plano. No contexto amazônico, a supervalorização do lucro fomentaria a exploração sistemática dos recursos disponíveis, e mesmo que fossem respeitadas as outras duas “pernas”, sempre haverá o risco de uma mudança brusca no estado das coisas. Na prática, isso acontece quando habitantes locais descobrem que há maior lucrona criação de gado do que na exploração de produtos agroflorestais.

Projetos de desenvolvimento de bancos e agências de fomento nacionais e internacionais, como o Fundo Amazônia (2014), administrados pelo BNDES ou programas de financiamento do Banco Mundial (THE GUARDIAN, 2013), têm-se tornado comuns, sempre com maiores fontes de recursos financeiros disponíveis. São, como regra, “capital intensivo”, e fomentam principalmente três diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O primeiro deles seria a pesquisa e tecnologia para a região, principalmente na gestão e preservação de recursos. Um

segundo aspecto seria a conservação direta, buscando aumentar as áreas de preservação e recuperação de áreas degradadas. O terceiro são os projetos de cunho produtivo, que almejam a sustentabilidade, em que observam o desenvolvimento na perspectiva eurocêntrica em que estágios padronizados devem ser galgados para atingi-lo (SANTOS FILHO, 2005; SRINIVAS; SUTZ, 2008). Assim, financia-se a organização da produção, a planta produtiva e analisa-se, sob critérios objetivos, os resultados dentro de um determinado período temporal. Desta forma, há o grande volume de investimentos em políticas e projetos de desenvolvimento incompatíveis com a dinâmica regional, e que falham em seus objetivos principais declarados.

A partir destas considerações, observa-se um contexto amazônico peculiar à lógica dos modelos construídos a partir de uma perspectiva puramente eurocêntrica, pelo menos em um aspecto principal: a relação com o capital. Os modelos de desenvolvimento sustentável atual foram criados em um contexto capitalista – mesmo com o objetivo de atenuar impactos que são causados por este – e emergem buscando ferramentas para “consertar”, ou melhor, trabalhar a partir de suas falhas, que levam naturalmente a um sistema produtivo altamente agressivo ao meio ambiente.

Principalmente, emergem em sociedades industriais (Europa e América do Norte) e urbanas, e que já há séculos exploram recursos ambientais de forma agressiva. Assim, estes fatores permeiam a lógica destes modelos, destas abordagens, assim como o raciocínio instrumental de desenvolvimento enquanto evolução em estágios, em busca de um padrão de vida ocidental.

Estes modelos pensam em valores monetários muito baixos (“menos de 1 dólar por dia”) e, claro, embora fatores, como falta de acesso a saúde e educação básica, água potável e acesso adireitos fundamentais, também entram em certa medida na preocupação destes modelos. Eles continuam a se construir em função da circulação de capital e investimentos financeiros. Aqui, mesmo a abordagem de negócios sociais de Yunus (2006), embora tenha como princípio o lucro apenas como fomentador de mais ações sociais, ainda é centrado no capital, posto que depende da circulação financeira estimulando a economia de determinada região.

Considerações Finais

Espera-se que fique claro: em momento algum se busca taxar os modelos aqui expostos enquanto frágeis ou inadequados, mas sim se são *apropriados* para um contexto que é de fato muito específico. São apenas alguns exemplos, dentre diversos outros possíveis, mas que ajudam a ilustrar a necessidade de pensar o desenvolvimento sustentável na Amazônia em termos de Amazônia – e aqui, não se ambiciona no momento fazer qualquer proposição do que poderia vir a ser isso.

Se é do caráter do teórico pensar e propor novos conceitos para situações que mudam a todo instante, buscar criar novas abordagens “para problemas que mudam necessariamente” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 41) deveria pautar o campo de estudos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Estamos falando de uma região única, envolta em incertezas, vasta, que se encontra na fronteira do avanço dos sistemas de produção capitalistas ainda predatórios e que poderia se beneficiar em muito de construções talhadas e apropriadas para o contexto local. Assim, voltamos à discussão entre Redução e Rejeição.

Rejeitar conhecimento adquirido seria no mínimo uma imprudência. Negar o esforço intelectual de muitos, além de não adequado, é se abrir à possibilidade de não aprender com as experiências (erros e acertos) alheias. Aqui a abordagem de Redução de Guerreiro Ramos encontra grande ressonância: se sabemos que o contexto local difere do contexto onde os modelos foram criados, o pensamento crítico e a redução de forma a buscar uma apropriação ao local, utilizando da essência de uma ideia em benefício de uma nova situação, pode ser algo de grande utilidade. Saber usar a caixa de ferramentas conceitual já à sua disposição, fazendo adaptações necessárias, então, é fundamental. Assim, o pecado que se comete atualmente é a ausência deste espírito crítico por parte de muitos (mas não todos!) que estudam a Amazônia.

Mas há de se levar em consideração que há mérito na rejeição. Não a rejeição pura e simples, orgulhosa, valorizando o local pelo simples fato de ser local. Mas porque há mérito em reconhecer o momento de emancipação da caixa de ferramentas conceituais eurocêntrica, da qual ainda somos dependentes –como este ensaio, que dependeu fortemente de autores estrangeiros.

O que observamos hoje no meio acadêmico é apenas mais uma expressão de como observamos como “periféricos”. Em nossa perspectiva da área de estudos da administração no Brasil, importamos modelos prontos gerencialistas, criados e desenhados no “Centro” e trazemos para aplicação pura e simples em nossos “casos”.

Tratamos os objetos em nossa realidade como se fossem “casos” passíveis da simples aplicação de modelos, teorias e conceitos externos. Mas como poderiam ser, se estas teorias emergem em contextos sócio-econômico-culturais distintos? Como podemos tratar os eventos observados e que emergem da nossa realidade como “casos” em que os modelos e teorias externos são passíveis de aplicação?

Como acadêmicos hoje, questionamos nossa dificuldade em publicar e fazer nossa presença ser sentida em grandes periódicos “do centro”. E como poderiam nos ouvir se em sua maioria, o que fazemos é reprodução? Qual o sentido de discutir a ausência de representatividade em algo do qual

somos intrinsecamente periféricos? Porque haveriam de nos ouvir se apenas ecoamos em outros tons os seus pensamentos? Se negamos a nós mesmos a trazer ao debate conceitos e teorias próprias, nossa voz, que representem e emergem a partir da nossa realidade e das nossas necessidades?

Aqui, a abordagem de Dussel é fortemente política, posto que a emancipação intelectual também faça parte da quebra da dominação eurocêntrica e do processo de libertação da “periferia”. Mas no argumento que aqui se constrói, não se entra necessariamente no mérito da “libertação”, mas da independência acadêmica, da necessidade de começarmos a emergir a partir das nossas angústias, nossos dilemas e ansiedades, contribuições acadêmicas próprias, legítimas, capazes de lidar com nossos problemas e mazelas sociais, ambientais e mesmo econômicas. Assim, seremos capazes de entrar definitivamente num diálogo global em que todas as partes, a partir de seus contextos, se colocam em uma enriquecedora troca, quebrando com o presente monólogo que existe hoje.

8- Referências

BRASIL.PAC 2- Amazonas. **Ministério do Planejamento- Brasil**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/estado/am>. Acesso em: 30 jan. 2014.

BRASIL. Bolsa Família beneficiou 13,7 milhões de famílias no mês de setembro. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/09/programa-de-transferencia-de-renda-paga-r-2-bilhoes-no-mes-de-setembro>. Acesso em: 30 jan. 2014.

CELENTANO, Danielle *et. al.* Welfare Outcomes and the Advance of the Deforestation Frontier in the Brazilian Amazon. **World Development**, 2011.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Intellectuals and power: A conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze. Conversação ocorrida em 1972 transcrita no livro “**Language, Counter-Memory, Practice: selected essays and interviews by Michel Foucault**”. Disponível em: <http://libcom.org/library/intellectuals-power-a-conversation-between-michel-foucault-and-gilles-deleuze>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DUSSEL, Enrique. Philosophy in Latin America in the Twentieth Century: Problems and Currents. In: MENDIETA, Eduardo (Ed.) *Latin American Philosophy: currents, issues, debates*. Bloomington: Indiana University Press, 2003. p. 11-50.

DUSSEL, Enrique. Philosophy of liberation, the postmodern debate and Latin American Studies. In: MORAÑA, Mabel *et. Al.* (Eds.) **Coloniality at large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Durham: Duke University Press, 2008.

ELKINGTON, John. **Canibais com Garfo e Faca**. Makron Books, 1.ed. 2001.

FUNDO AMAZÔNIA. Projetos Apoiados. Fundo Amazônia – BNDES – Brasil. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/. Acesso em: 30 jan. 2014

GUERREIRO-RAMOS, Alberto. **A Redução Sociológica**. Editora UFRJ, 3 ed. Rio de Janeiro, 1996.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MURPHY, Jonathan; ZHU, Jingqi. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. **Organization**, v. 19, n. 6, 2012.

O GLOBO. De 23 novas hidrelétricas planejadas na Amazônia, sete serão construídas em áreas intocadas. **O Globo On-line**, set. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/de-23-novas-hidreletricas-planejadas-na-amazonia-sete-serao-construidas-em-areas-intocadas-6173007>. Acesso em: 30 jan. 2014.

PNUMA. **Economia Verde**. Brasília, 2013. Disponível em: http://pnuma.org.br/eventos_detalhar.php?id_eventos=39. Acesso em: 19 jun. 2013.

PRAHALAD, C. K. **The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty Through Profits**. Wharton School Publishing, 2004.

SANTOS FILHO, O. . O fogo de Prometeus nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, TaianeLas Casas. (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. 1ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

SILVA, T. N. et. al. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**. Vol. 3, No. 2, 2010.

SMITH, Neil. Nature as accumulationstrategy. *SocialistRegister*, v. 43, 2007.

SRINIVAS, Smita; SUTZ, Judith. Developing countries and innovation: Searching for a new analytical approach. **Technology in Society**, n. 30, 2008.

SUMMERS, Percy M. *et. al.* A. Tropical Forest management and silvicultural practices by small farmers in the Brazilian Amazon; recent farm-level evidence from Rondônia. **Forest Ecology and Management** 192, p. 161-177, 2004.

UNEP. **Forests in a Green Economy**. França, maio 2011b. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/PressReleases/UNEP-ForestsGreenEco-basse_def_version_normale.pdf. Acesso em: 19 jun. 2013.

UNEP. **Forests: Investing in Natural Capital**. Estados Unidos, 2011.

THE GUARDIAN. World Bank spending on forests fails to curb poverty, auditors claim. **The Guardian**, 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/global-development/2013/jan/29/world-bank-forests-poverty-auditors>. Acesso em: 30 jan. 2014.

VIZEU, Fabio; et. al. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE**. V. 10, n.3, artigo 6, Rio de Janeiro, set. 2012.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2006.